

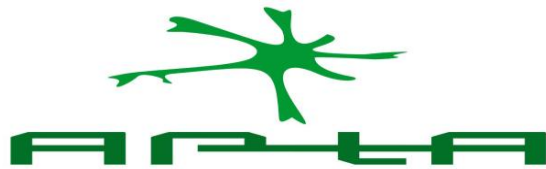
PLANO TERRITORIAL
DE DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL - PTDRS



TERRITÓRIO
DA CIDADANIA
MÉDIO JEQUITINHONHA

NOVEMBRO - 2010  MINAS GERAIS

COLEGIADO TERRITORIAL/APTA/SDT/MDA



PLANO TERRITORIAL DE
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
(PTDRS) – Documento de Qualificação

TERRITÓRIO DA CIDADANIA
MÉDIO JEQUITINHONHA

Novembro - 2010

Minas Gerais

Créditos oficiais

PRESIDENTE DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Guilherme Cassel

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Humberto Oliveira

DIRETORA GERAL DE AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Fernanda Costa Corezola

EQUIPE DA COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL

Carlos Humberto Osório Castro

Colmar Rodrigues Domingues

Aico Sipriano Nogueira

ARTICULADOR ESTADUAL DA SDT/MDA: Ricardo Alves de Oliveira

ASSESSOR TÉCNICO DO TERRITÓRIO: Hosseias

Elaboração

Colegiado Territorial do Médio Jequitinhonha

Execução

Associação de Desenvolvimento e Solidariedade (APTA-MG)

Consultores para elaboração e consolidação do PTDRS

Alexandre José Firme-Vieira

Alexei Bastieri

Rogério Delamare Coutinho Ruas

Paula Pereira Libório

Coordenação Editorial

Alexandre José Firme-Vieira

Capa: Luciana Costa Leite

Realização

Associação de Desenvolvimento e Solidariedade (APTA-MG)

Apoio

Ministério do Desenvolvimento Agrário

Secretaria de Desenvolvimento Territorial

Contrato de Repasse 0.266.654-25/2008 via Caixa Econômica Federal

Colegiado Territorial/APTA/MDA – novembro 2010

Sumário

Lista de siglas.....	05
Apresentação.....	08
O Território.....	09
O processo de Planejamento do Território.....	12
Metodologia.....	14
Linha do tempo das nossas ações de planejamento social.....	15
Colegiado territorial: Limites e avanços.....	18
Diagnóstico Territorial.....	18
Aspectos históricos, demográficos e Estrutura Agrária.....	20
Dimensão Ambiental.....	21
Dimensão sociocultural e educacional.....	22
Dimensão socioeconômica.....	23
Dimensão Político-institucional.....	26
Visão de Futuro.....	29
Valores e Princípios.....	29
Identidade Territorial.....	30
Eixos Estratégicos para o desenvolvimento do Território Médio	
Jequitinhonha.....	30
Programas e Projetos Estratégicos.....	31
Gestão Social do PTDRS.....	35
Ação para divulgação e apropriação do PTDRS.....	36
Monitoramento e Avaliação do PTDRS.....	37
Considerações Finais.....	37
Fontes de Referência.....	39
ANEXOS.....	43

Lista de siglas

- APTA (MG) – Articulação para Transformações e Aprendizagens
- AMBAJ - Associação dos Municípios da Microrregião do Baixo Jequitinhonha
- AMEFA - Associação Mineira das Escolas Família Agrícola
- AMEJE - Associação dos Municípios do Médio Jequitinhonha
- ASA – Articulação do Semi-Árido
- BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A
- CÁRITAS – Cáritas Diocesana Araçuaí
- CAV – Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (Turmalina – MG)
- CEDRS – Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
- CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais
- CIAT – Comissão de Implantação das Ações Territoriais
- CISMEJE – Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Jequitinhonha
- CMDR – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
- CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
- CONSAD – Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
- CONSEA-MG - Conselho de Segurança Alimentar Nutricional de Minas Gerais
- COPAM (Diamantina) – Conselho Estadual de Política Ambiental - MG
- CPT – Comissão Pastoral da Terra
- CRSAN - Comissões Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional de Minas Gerais
- EFA – Escola Família Agrícola
- EMATER-MG – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- EPAMIG - Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
- FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
- FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
- FECAJE – Federação Cultural e Artística do Vale do Jequitinhonha

FETAEMG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais

FETRAF – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar

FCC – Fundo Cristão para Crianças

FUNIVALE - Fundação Pró Universidade Vale do Jequitinhonha

GESAC - Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão

GRPE - Programa de Fortalecimento Institucional para a Igualdade de Gênero e Raça, Erradicação da Pobreza e Promoção do Emprego

IDENE – Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IEF - Instituto Estadual de Florestas

IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária

ITAVALE - Instituto dos trabalhadores e trabalhadoras na agricultura do vale do Jequitinhonha

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MEB – Movimento de Educação de Base

MEC – Ministério da Educação

MESA – Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e de Combate à Fome

MESOVALES - Agência de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri

MST – Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização Não Governamental

PCT – Projeto de Cooperação Técnica

PIB – Produto Interno Bruto

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPA – Plano Plurianual

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAT – Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais

PTDRS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável

RURALMINAS - Fundação Rural Mineira

ligada à Presidência da República)

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial (do Ministério de Desenvolvimento Agrário);

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEDVAN - Secretaria de Estado para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte Minas

SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

UEMG - Universidade Estadual de Minas Gerais

UFLA - Universidade Federal de Lavras

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

Apresentação

Este documento apresenta a sistematização do processo de qualificação do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) do Território da Cidadania Médio Jequitinhonha, que foi realizado pelo Colegiado Territorial no período de setembro de 2009 a agosto de 2010, viabilizado pelo Contrato de repasse (266.654-25/2008) entre a APTA (MG) e o MDA/SDT/CEF. O PTDRS do Médio Jequitinhonha é um dos quatro Planos qualificados em Minas Gerais no ano de 2010, sendo os outros três o Noroeste de Minas, Serra Geral e Vale do Mucuri.

Este processo de qualificação consistiu em atualizar o PTDRS do Território Médio Jequitinhonha com a realização de reuniões preparatórias estaduais, reuniões territoriais e reuniões de trabalho da equipe da APTA (MG), compreendendo as seguintes etapas: *diagnóstico territorial, visão de futuro, objetivos estratégicos, valores e princípios, diretrizes principais, eixos de desenvolvimento, projetos estratégicos e sistema de gestão e comunicação do plano.*

O Plano não conduz necessariamente a investimentos públicos, de fundamental importância para o desenvolvimento da agricultura familiar como em qualquer outra atividade, mas muito mais do que isso, ele inclui os compromissos que aqui assumimos enquanto um coletivo deste território. Para nós, o PTDRS é o principal instrumento de apoio a gestão social por parte do colegiado que construímos ao longo desses anos dentro do espírito democrático.

O PTDRS na visão da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) tem como propósito ser também uma ferramenta que auxilie na consolidação dos colegiados, contribuindo para refletir e tomar decisões sobre sua organização, elaboração e qualificação dos planos, identificação e aprofundamento de projetos e ações estratégicas e no controle social. Porém, a partir dos diálogos entre APTA (MG) e atores locais no decorrer do processo de preparação a qualificação, ficou evidenciada que a principal expectativa dos Colegiados é que o PTDRS fosse norteadores da intervenção do Colegiado e na orientação no acesso as políticas públicas. Com isto entende-se que o PTDRS é um instrumento, fruto da interação entre atores e sua diversidade, que entre cooperação e conflito constroem a sua visão e projetos de desenvolvimento territorial.

Para esse apoio ser efetivo, buscamos dentro do Plano a realização dos seguintes OBJETIVOS:

- Orientar os programas, projetos e ações de desenvolvimento rural sustentável no território

- Servir de instrumento de negociação e diálogo com as instituições promotoras do desenvolvimento territorial
- Monitorar ações ou planos do desenvolvimento territorial bem como seus atores sociais e políticos

Para isso, em cada uma das Oficinas realizadas na qualificação do PTDRS dávamos um passo, alcançando gradativamente os objetivos abaixo.

- Objetivo geral
 - Realizar um processo participativo para qualificação do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS)
- Objetivos específicos
 - Apresentar os passos para qualificação do PTDRS segundo orientação da SDT/MDA para Fortalecer o Colegiado
 - Consolidar o diagnóstico para a qualificação do PTDRS
 - Definir estratégias para o trabalho de qualificação do TC Médio Jequitinhonha com a comissão de trabalho
 - Apontar a Identidade Territorial
 - Identificar a Visão de Futuro (missão e propostas)
 - Definir princípios e valores
 - Avaliar e reorganizar os eixos de desenvolvimento do Território
 - Indicar programas/projetos estratégicos
 - Indicar e construir a estrutura para o Sistema de Gestão do PTDRS

Neste contexto, um dos desafios foi propiciar um ambiente de aprendizagem em que os atores locais no diálogo se vissem também enquanto produtores de conhecimento, saberes próprios e de relações sociais e com isto se perceberem capazes de pensar as estratégias para programar no âmbito da gestão social propostas de desenvolvimento territorial em bases sustentáveis e solidárias. A elaboração e implementação de políticas públicas participativas de desenvolvimento rural, sustentável e solidário em Minas Gerais consolida-se em grande parte do estado e contribui para o fortalecimento dos atores sociais e da gestão social no cenário da gestão pública brasileira.

Nesse sentido, a agricultura familiar, enquanto tema e seus atores sociais enquanto público, formuladores e controladores sociais da política pública passou a ocupar um lugar de destaque por constituir-se em segmento sócio produtivo de grande relevância no país, mesmo considerando o histórico de exclusão no acesso a bens e serviços públicos a que historicamente foram submetidos.

O Território

Resgatar a história da formação e a trajetória de ocupação do Vale do Jequitinhonha, significa entender as raízes históricas fincadas na doação de sesmarias, que ao longo dos séculos levaram a formação de fazendas que se dedicaram a monoculturas algodão e mais recentemente o gado. Somado a isso, houve neste território a histórica ocupação militar sob a forma de destacamentos para a vigilância e o controle da atividade mineradora na região. Para os proprietários de pequenas parcelas, os processos de doação e posse de terras, sobretudo, nas grotas, levaram à constituição de áreas de refúgio onde homens brancos pobres, soldados e índios encontravam terras livres ao seu estabelecimento, resultando na formação de um povo livre e lutador, não alcançadas pelas grandes fazendas (RIBEIRO, 1993 e outros autores).

Falar da terra deste vale é se deparar com homens e mulheres que nela habitam há séculos, desenvolvendo estratégias muito diferentes das sesmarias, com a chamada “*terra no comum*” (GALIZONI), onde a família ocupa a propriedade numa relação que está sempre em movimento, tem uma historicidade de uso que vai revelando a lavoura, criação, extração, num “*embolado*” (GALIZONI) de relações onde, antes de tudo, é preciso compreender como o ambiente é usado e regulado pelas famílias e comunidades rurais. Neste sentido, em uma terra pode haver vários direitos que convivem e se sobrepõem, em comunidades de parentesco, em relação à disposição das outras famílias sobre a terra. E quando falamos de TERRITÓRIO, não é só para Terra que estamos direcionando nossa atenção, mas também é fundamental fazermos uma referência sobre a ÁGUA, aquela que faz a vida fluir, mover, transformar:

“No Jequitinhonha a *água boa* é reconhecida por todos os lavradores: é a *água fina*, que colocada na boca tem o *sentido leve*. Qualidade e sensibilidade são associadas também à captação, pois *água fina* é conseguida em cacimbas bem localizadas, em brotos, olhos d’água, nascentes preservadas, com bastante mato em volta, ou surge de debaixo de pedras, sempre com o *sentido* daquilo que é puro e intocado, revelado pela natureza, nascido da terra, renovado. Às vezes, lavradores que

dispõem de boas nascentes perto de casa, consomem água limpa colocando canos diretamente nas nascentes, e adquirem minúsculas caixas d'água —suficientes apenas para breve rodeio da água, não para prendê-la— que recebem, reúnem e libertam pelo *ladrão* a água que vai às hortas, aos animais da casa, ao córrego e, finalmente, ao rio, cumprindo seu destino circular. Nas áreas com abundância de nascentes, a água sequer é estocada para o consumo na moradia, pois as famílias não a querem presa: água é dom; como dom, circula”. RIBEIRO & GALIZONI (2003)

Água boa, Terra da gente que trabalha nela, gestão comum de bens tão preciosos para a vida humana e para o povo organizado em sociedade. É assim que se faz o Vale, do Alto ao Baixo, passando pelo Médio Jequitinhonha, território de gente que pensa seu destino, que luta pela vida e resiste quando tem injustiça.

É desse jeito que em fevereiro de 2003, durante uma reunião de planejamento do Fórum de Entidades do Vale do Jequitinhonha realizada na cidade de Medina-MG, através da comissão de políticas públicas, a plenária, foi informada sobre a proposta do MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO (MDA), através de sua Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) acerca da criação da política de Territórios Rurais no Brasil, cujos recursos seriam oriundos do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF) na modalidade Infra-estrutura. Em 20 de abril de 2003, na cidade de Araçuaí-MG, as entidades que na época estavam compondo o Fórum de Entidades convidaram a EMATER-MG para dar uma palestra sobre a proposta da política de desenvolvimento territorial. Para tanto foram convidadas outras entidades regionais do Médio, baixo e alto Jequitinhonha e algumas prefeituras para discutir o tema. Nesse encontro, além de discutir a proposta política o grupo refletiu sobre a nossa concepção de Território. Em julho de 2004 foram elaborados documentos propositivos para criação do Território do Médio Jequitinhonha, tanto pelo Fórum de Entidade como pela AMEJE e prefeituras. Em outubro 2004, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável - CEDRS e a Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT reconhecem e homologam a criação do Território do Médio Jequitinhonha, que tem sua primeira oficina, em abril de 2005, quando de fato a homologação oficial chega para o nosso território, quando tivemos o Nivelamento Conceitual e Metodológico e a definição dos Eixos Prioritários para o Desenvolvimento Territorial (RELATÓRIO, 2006/2007).

Após esse período de homologação realizada no âmbito do PRONAT (Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais), da SDT, este território foi incluído no Programa Território da Cidadania, também do governo federal.

O território é composto por **18 (dezoito) municípios: Angelândia, Araçuaí, Berilo, Cachoeira de Pajeú, Chapada do Norte, Comercinho, Coronel Murta, Francisco Badaró, Itaobim, Itinga, Jenipapo de Minas, José Gonçalves de Minas, Medina, Novo Cruzeiro, Padre Paraíso, Pedra Azul, Ponto dos Volante e Virgem da Lapa.**

O município de Águas Vermelhas já fez parte deste território, mas passou a participar das atividades do Território Alto Rio Pardo (PTCPC, 2008). O município de Novo Cruzeiro não era, anteriormente, considerado como participante do território (Estudo Propositivo, 2006).

Situado no semiárido mineiro, com forte identidade cultural e com a marca “Vale do Jequitinhonha”, com o rio Jequitinhonha com seu mais importante recurso natural, o território tem histórico de forte presença na luta sindical, na construção de práticas sustentáveis de produção e da pedagogia da alternância, com suas escolas Família Agrícola. O Território é caracterizado pelo clima semiárido que determina a maioria das condicionantes climáticas, com predominância do bioma caatinga e ocorrências de cerrado e mata atlântica. O IDH varia entre 0,595 e 0,689, sendo a média de 0,651, sendo que a média de Minas Gerais é de 0,774. Com índice de pobreza em torno de 46%, os municípios tem alto índice de população rural e a agricultura familiar tem participação expressiva na mão-de-obra rural, mas em contrapartida verifica-se alto índice de concentração fundiária e forte migração da população rural.

Este PTDRS tem sua publicização por meio impresso e digital, e nós da APTA esperamos que sirva como instrumento de mediação entre os atores, nas esferas micro, meso e macro. A publicação deste material tem como objetivo dar maior visibilidade a um trabalho realizado de forma participativa e com respeito aos atores locais, com a certeza expressa na metodologia de que estes atores são capazes de zelarem pela sua autonomia, buscando melhores formas de expressarem seu protagonismo.

Acreditamos que o desenvolvimento é um direito inalienável, e agricultores e agricultoras enquanto participantes de uma estratégia de desenvolvimento territorial, não prescindem da participação, o que implica acesso a riquezas geradas pela ocupação territorial e por consequência, melhores condições de vida nas dimensões, social, cultural, ambiental, política e socioeconômica.

O processo de Planejamento do Território

Para início de conversa, em 1986 os movimentos sociais se reuniram para pensar uma articulação que tinha como objetivo o desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha, num processo de formação e fortalecimento dos agricultores familiares para organização de parcerias, onde as associações e conselhos

tiveram papel estratégico. Neste encontro estavam principalmente trabalhadores rurais e surgiram diversas propostas como a criação de uma central que congregasse todos os movimentos sociais e sindicais do Jequitinhonha. A idéia era para sistematizar, organizar as informações e atuar conjuntamente para desenvolver o Jequitinhonha a partir de seus potenciais. A central não foi muito adiante, mas a idéia e o sentimento de uma “região”, se solidificaram (Relatório de 2008).

Toda essa mobilização popular tinha como base as Comunidades Eclesiais de Base (CEB), que vinham da Teologia da Libertação, dentro da Igreja Católica, e foi uma das fomentadoras dos movimentos sociais na região, ainda sob a ditadura militar no Brasil. Ao longo dos anos, os movimentos sociais conseguiram, mesmo sem o apoio dos governos, implementar projetos de desenvolvimento como por exemplo as EFAs (Escolas Família Agrícola), que trabalham uma pedagogia diferenciada para o meio rural, desenvolvendo a educação dos jovens, num trabalho muito corajoso e organizado que alcançou em 2008 a marca de onze EFAs funcionando no Médio Jequitinhonha.

Desde a década de 1990 vários projetos têm sido direcionados à região. Com criação do CONSEA-MG (Conselho de Segurança Alimentar Nutricional de Minas Gerais) em 1999, em que vários projetos e parcerias foram realizadas, destacando-se aqueles realizados nos assentamentos de reforma agrária em parceria com a Cáritas Regional, Emater e com o Movimento Direito e Cidadania. No total, foram beneficiadas sete mil famílias, em 12 assentamentos, segundo o Relatório do Encontro Estadual das Comissões Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional de Minas Gerais - CRSAN-MG realizado em abril de 2005.

Outra importante instância é o Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local - CONSAD Médio Jequitinhonha. Um dos desafios foi abordado em Relatório do PID - Projeto Integrado de Desenvolvimento, identificado na trajetória do CONSAD Jequitinhonha:

- A superposição de projetos públicos simultaneamente à implantação do CONSAD. Na região conviveram no primeiro semestre de 2004 o programa de desenvolvimento territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Programa MESOVALES, do Ministério da Integração Nacional, programas do IDENE do governo estadual, programa de desenvolvimento rural do Banco do Brasil. Todos esses programas são fundamentados na mesma metodologia de participação – grandes plenárias, longas negociações, custeio de deslocamento pelos próprios interessados, responsabilização da sociedade civil - e todos mais ou menos sem recursos para investimento ou custeio;

Destacamos também a organização das mulheres aqui no nosso Vale, que surgiu nos movimentos sindicais, onde se teve a idéia de criação do ITAVALE

(Instituto dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Vale do Jequitinhonha) para congregar os trabalhadores da região (Relatório, 2008).

Diante deste cenário de intervenções de política públicas, o Território da Cidadania Médio Jequitinhonha recebeu seu primeiro Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) em 2005, o qual fora qualificado pela Plural Consultoria, Pesquisas e Serviços em 2006.

Para sistematizar dados secundários e subsidiar ações de Dinamização Econômica do Território, foi feito o Estudo Propositivo (2006), sendo validado pela assembléia territorial na EFA Bom Tempo, em Itaobim-MG, nos dias 24 e 25 de novembro de 2005, contando com a participação de oitenta (80) pessoas, sob responsabilidade do IICA/SDT/MDA. Deve-se destacar que este esforço técnico preliminar do Estudo Propositivo, contribuiu nas primeiras etapas do processo de implementação do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS, 2006) pelo colegiado territorial.

Vale lembrar que em 2006 houve dificuldade para elaboração do PTDRS, que se constitui em um Relatório de qualificação que continha propostas para o colegiado trabalhar, destacado desta forma no documento:

“O contingenciamento dos recursos para a execução do PTDRS de 2006 implicou na não realização das oficinas para discussão e elaboração dos eixos temáticos e das linhas de projetos a serem priorizados; na não contratação, até o mês de outubro de 2006, do articulador territorial prejudicando a articulação entre as entidades membros do território e suas bases. A saída do técnico contratado pela AMEJE para a elaboração dos projetos do território agravou a situação no âmbito técnico.” (PTDRS, 2006).

Assim os movimentos da região do Médio Jequitinhonha tinham certa noção de pertencimento e ação que era muito próxima da noção de “território”. Para Solano, ex-prefeito de Ponto dos Volantes (em memória) através do Território Rural houve um estreitamento entre o poder público, movimentos populares e algumas instituições em ações que propiciou a viabilização de algumas políticas já há muito tempo reivindicadas por aqui...

Em 2008 foi implantado o Programa Território da Cidadania, articulando praticamente todos os ministérios do governo federal. Com a transformação para Território da Cidadania, houve dificuldades porque a proposta não foi compreendida rapidamente por todos, o que dispersou os movimentos sociais. Num primeiro momento, os municípios foram em busca de verba, até perceberem que não havia novos recursos, apenas a integração de políticas já

existentes (Relatório, 2008). Nesta época avaliou-se que toda vez que os trabalhadores entendem o processo de gestão pública e conquistam espaço de participação democrática, como estava ocorrendo com o Território Rural (de Identidade), vem uma proposta de “cima para baixo” e desarticula o trabalho existente (Relatório, 2008). Com esse conjunto de desafios é que surge em 2010 a oportunidade de qualificarmos o nosso Plano Territorial.

Durante a 1ª Oficina para qualificação do PTDRS, praticamente quatro anos depois da elaboração do primeiro documento PTDRS, esses fatos ainda pesavam para o Colegiado Territorial, que não reconhecia o documento anterior como apropriado, alegando em assembléia inclusive que não houve participação na construção daquele Plano, e por isso, eles não eram utilizados como instrumento de gestão. Isso abriu uma boa perspectiva em relação à qualificação do PTDRS, que foi aqui assessorado e sistematizado sob responsabilidade da APTA- Associação de Desenvolvimento e Solidariedade.

As oficinas para o processo de qualificação tiveram como aporte metodológico o Guia de Planejamento Territorial: “Orientações gerais para elaboração e qualificação do PTDRS” da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA, 2010).

Cada oficina reuniu cerca de 31 pessoas de diferentes municípios e organizações. No grupo, a maioria eram homens (57%), mas devemos destacar que no começo das reuniões do território o percentual de homens em relação a participação de mulheres era bem maior, chegando a dois terços do total. Representavam a sociedade civil cerca de 80% dos participantes, o que também é um constante desde o começo das reuniões no território, a maioria da sociedade civil e aproximadamente um terço dos participantes sendo representantes do poder público. Em relação a comunidades específicas e minorias não houve participação de comunidades quilombolas, indígenas e pescadores tradicionais, sendo que esta realidade permaneceu mesmo após a APTA ter feito contato com a organização estadual indígena e ter reforçado a importância desta participação nas reuniões preparatórias.

Quanto aos municípios praticamente todos tiveram participação ao longo da qualificação, havendo maior número de participantes de Araçuaí, Comercinho, Cachoeira do Pageu, Francisco Badaró, Medina, Itaobim, Itinga, Pedra Azul, Padre Paraíso, Ponto dos Volantes, Virgem da Lapa. Houve também representantes de entidades regionais, como o NPPJ/UFMG e a Biocoopvale.

Metodologia

Partindo de um documento base sistematizado pela equipe de consultoria da APTA, elaborou-se uma minuta de PTDRS para o Colegiado Territorial estabelecer o seu PTDRS, com o aprofundamento da leitura de observações e elementos, já destacados por documentos anteriores, que contribuiu um pouco

mais para o excelente trabalho já realizado até aqui pelo Colegiado do Território.

Durante as oficinas buscamos utilizar atividades que permitissem a participação de todos e todas. O objetivo era contribuir para valorizar os saberes locais, a trajetória coletiva e as competências advindas do entendimento dos desafios para a agricultura familiar e o desenvolvimento territorial, construindo um documento com “a cara do Território”. Exposições dialogadas e discussões em pequenos grupos a partir de perguntas orientadoras foram as principais técnicas utilizadas, mas buscamos sempre diversificar a abordagem para mobilizar as pessoas e garantir a participação qualificada de todos/as.

Foram utilizadas técnicas de visualização móvel e dinâmicas de grupo para promover o protagonismo e a participação social dos diferentes grupos da agricultura familiar.

Com o objetivo de avaliar e fortalecer o Colegiado Territorial para a qualificação do Plano Territorial fez-se discussão com base em perguntas geradoras, orientando os debates da plenária a partir de aproximações aos temas: **Articulação e integração das Ações Territoriais** (Quais ações e projetos aconteceram e/ou acontecem no Território? Como estes projetos e ações se articulam visando o Desenvolvimento Territorial?, etc), **Arranjo Político Institucional Local** (Quais entidades e atores sociais locais efetivamente atuam no Território contribuindo para o seu desenvolvimento? Quais ações estas entidades realizam em prol do Território? Quais entidades efetivamente fazem parte do Colegiado Territorial?, etc) , **Representação e legitimidade** (A diversidade e pluralidade de atores locais do Território tem representação/assento no Colegiado Territorial?, Encontram-se entidades no Colegiado Territorial, que representem os jovens, as mulheres, as comunidades tradicionais?); sugerimos a reflexão sobre o papel e o funcionamento do Colegiado, assim como reforçamos a importância do Colegiado enquanto instância deliberativa máxima do Território. Esta abordagem, tem o intuito de estimular a busca dessas respostas, indicando alguns “sinais”, que se devidamente atendidos e entendidos, podem servir de referência à política territorial, e principalmente efetivar uma estrutura de participação, Gestão do PTDRS e o Controle Social no Território, objetivando aumentar o grau de acertos em prol do desenvolvimento territorial rural sustentável.

A utilização de momentos de Grupos de Trabalho (GT's) tem como objetivo principal, estimular a participação de todos/as, assim como proporcionar o intercâmbio, interação, a troca de informações e conhecimentos, como também sensibilizar, mobilizar e debater sobre temas e aspectos específicos de interesse e importância do Coletivo/Colegiado. Promovendo esta troca de

conhecimentos entre os integrantes, as pessoas exercitam suas capacidades de comunicação em busca de objetivos comuns e coletivos, visando também provocar discussões e reflexões que subsidiaram a proposição e a elaboração do planejamento da gestão social do Território, bem como de propostas e projetos de apoio ao desenvolvimento territorial rural.

Para consolidação do documento, a equipe de consultores da APTA, envolvendo coordenação técnica da entidade, mediadores, facilitadores, relatores, sistematização, conteúdo, enfim, todas as áreas envolvidas, reuniram-se periodicamente na sede da entidade em Belo Horizonte e na Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário, na mesma capital, para encaminhamentos metodológicos e de planejamento da atividade. Tais momentos contaram, quando foi necessário, com a equipe da SDT/MDA em Minas Gerais e com a diretora geral de ações de desenvolvimento territorial e a equipe da coordenação geral de planejamento territorial, em Brasília – DF.

Linha do tempo das nossas ações de planejamento social

Para mostrar nosso trabalho conjunto ao longo desses anos no que se refere a elaboração e qualificação do PTDRS, vamos recordar quais foram os Instrumentos ofertados pela SDT para o Território Médio Jequitinhonha, desde sua homologação, passando por um número significativo de estudos, documentos para planejamento, atas, oficinas, que passam a estar abaixo identificados:

Instrumentos de documentos do território	Realização	Quando	Onde
Relatórios de Oficinas Territoriais	SDT/IICA	2005	Resumo no Estudo Propositivo
PTDRS	Plural	2005	MDA
PTDRS – relatório de qualificação	Plural/SDT	2006	MDA
PMDRS: alguns municípios Comercinho, Virgem da Lapa	Emater	s/d	EMATER do município
Estudo Propositivo da Dinamização Econômica	SDT/IICA	2005 e 2006	No Território, validado na EFA Bom Tempo
Estudo de Potencialidade Econômica (EPE)	-	-	-
Plano Safra Territorial (PST)	Plural	2005-	No Território, validado na EFA

		2006	Bom Tempo
Plano Territorial de Cadeia de Produção Cooperativa (PTCPC) MANDIOCA	UFLA, EFA, APTA	2005-2009	Impresso pelo MDA
Planos de Negócios dos Empreendimentos	A pesquisar	Verificar	A pesquisar, sugerido pelo Colegiado Territorial
Bases de Serviços	-	-	-
Projeto Mesorregião e Projeto Regional	AMEJ	Verificar	A pesquisar, sugerido pelo Colegiado Territorial
Estudo sobre EFA	CAA	2008	www.caa.org.br www.aptabr.org.br

Fonte: Oficina de validação do PTDRS, 2010.

Visto tais referências, nos concentraremos agora na qualificação do PTDRS. Para subsidiar este processo, foram realizadas três oficinas territoriais, que ocorreram na sede da EFA Bontempo, em Itaobim – MG, organizadas pela APTA a partir do Guia de planejamento da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, e a análise dos documentos territoriais identificados acima.

Síntese da linha do tempo das oficinas de qualificação

Primeira oficina territorial de qualificação 8 e 9 de abril de 2010	O grupo resgata o sentido de “Território” de forma semelhante ao identificado nas atividades de 2008. Alguns participantes dizem que há pouco recurso para a demanda territorial e apontam a legislação como um gargalo para a gestão desta política.
Reunião da Comissão Gestora 16 de julho de 2010	APTA participou para reestruturar a estratégia metodológica de qualificação do Plano Territorial.
Segunda oficina territorial de qualificação	Enfatizam que o planejamento através da abordagem territorial permite discutir problemas e buscar soluções através do encontro de entidades da sociedade civil e do poder público, principalmente dos municípios, num esforço comum. Entretanto, apontaram a existência de potencialidades

Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - Médio Jequitinhonha (MG)

28 e 29 de julho de 2010	desperdiçadas e dificuldades na organização e participação dos atores sociais, além de descontinuidade de participantes e dificuldade de comunicação.
Terceira oficina territorial de qualificação 12 e 13 de agosto de 2010	O grupo presente se dedicou aos projetos, discutindo os eixos e a gestão social do território.
Quarta oficina territorial de qualificação Agosto de 2010	Realizada em Medina, foi nesta oficina que tivemos a validação do documento PTDRS, com modificações ao diagnóstico e linhas de ação.

Colegiado territorial: Limites e avanços

Limites	Avanços
<ul style="list-style-type: none">• burocracia do sistema• falta apoio do poder público• sociedade civil fragilizada• falta integração entre as políticas• acesso a recursos de custeio pelas entidades• recursos carimbados: emendas parlamentares sem conhecimento territ.• gestão dos projetos de investimento: entraves do marco legal• falta de continuidade nos projetos• projetos não têm a cara dos beneficiados• gestão do poder público• O poder público se interessar apenas em projetos para o próprio munic.	<ul style="list-style-type: none">• a mulher está tendo voz ativa• sociedade civil mais participativa• discussão e aprovação de projetos• documentação trabalhadora rural• participação das organizações• definição dos eixos estratégicos do território num consenso e construção coletiva – EFAs e recursos hídricos• participação social e controle• algumas ações articuladas e integradas a nível territorial• Acúmulo das discussões a respeito da convivência com o semi árido, acesso a terra e a água e da educação do campo, se tornando referencia no assunto.

Diagnóstico Territorial

Com o acúmulo de debates no território foi possível aqui nos debruçarmos num momento do planejamento que possibilita a reflexão mais aprofundada para melhorar a tomada de decisão. As ações territoriais do Médio Jequitinhonha vêm ocorrendo ao longo desses anos mesmo sem a logística adequada, quando pensamos em estruturação até mesmo física do território e sua articulação territorial. As ações vêm acontecendo com o uso de equipamentos cedidos pelas entidades e pessoas envolvidas (RELATÓRIO, 2006/2007).

Outra carência evidenciada no Território é a participação tanto quantitativa como qualitativa das mulheres e jovens nas discussões territoriais. A partir desta constatação o Território acrescentou como eixo aglutinador o tema “GENERO E GERAÇÃO”, sendo discutido na Comissão Regional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, estratégias que possam estar trazendo as mulheres para as ações e projetos territoriais. Também é preciso ter mais atenção quanto a participação do poder público, pois há pouca participação deles nos encontros do Território. Este fato tem sido discutido em Assembléias e reuniões da Comissão Gestora, visando traçar estratégias para que haja maior envolvimento dos mesmos (RELATÓRIO, 2006/2007).

Um fator que contribui para a pouca participação do poder público são as emendas parlamentares. Esta conclusão foi colocada em reuniões e nas Assembléias, já que para ser implementado um projeto há todo um processo de discussão para avaliar se o projeto realmente atenderá o público do Território, sendo ele tramitado na Comissão Gestora e depois aprovado pela Assembléia territorial para que seja encaminhado ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS e este, tendo a mesma compreensão do Território, aprova o projeto. Já na emenda parlamentar há um acordo entre o prefeito e o Deputado que atendem suas respectivas necessidades onde o prefeito encaminha o projeto e consegue o recurso sem que ~~passa pelo conhecimento do Território~~, além de poderem muitas vezes dispor de um volume de recursos superior ao disponibilizado via projetos territoriais. Diante disto alguns prefeitos não dão credibilidade à política Territorial. Esta discussão sobre emendas parlamentares surgiu a partir do monitoramento de projetos feito pelo Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA/NM, onde eles buscaram junto aos membros da Comissão informações sobre os projetos implementados via PRONAT e a mesma informou que não havia conhecimento de alguns dos projetos questionados pelo CAA (RELATÓRIO, 2006/2007).

13

Diante da necessidade de análise que vá além das questões que tocam mais diretamente a dinâmica do colegiado do território e abranja de fato as quatro dimensões do desenvolvimento sustentável na abordagem territorial, o quadro abaixo apresenta uma síntese da noção da sustentabilidade a partir das dimensões, que auxiliou na elaboração participativa do diagnóstico territorial e qualificação dos PTDRS:

DIMENSÕES	DESCRIÇÃO NA PERSPECTIVA TERRITORIAL
Dimensão ambiental	Consiste na valorização e avaliação da situação dos componentes do meio ambiente dos territórios e seu bioma e a diminuição dos passivos ambientais visando o resgate socioterritorial e cultural de seu equilíbrio para a sustentabilidade.

<p>Dimensão sociocultural Educacional</p>	<p>Procura identificar e resgatar a história da formação dos territórios e as características sociodemográficas da diversidade sociocultural e suas relações com os direitos à educação, saúde e o fortalecimento da identidade cultural visando à construção da sustentabilidade democrática do desenvolvimento dos territórios. Quanto à educação, deve ser vista como mecanismo sistêmico de reprodução social e cultural dos novos valores, comportamentos, imaginários e simbólicos da sustentabilidade dos territórios.</p>
<p>Dimensão Socioeconômica</p>	<p>Procura a organização social e econômica dos territórios segundo suas potencialidades capazes de tornar-se dinamizadora do desenvolvimento e geradoras das competências sistêmicas para a sustentabilidade. Caracteriza-se, portanto, por dois processos: organização social das potencialidades do território e a reestruturação social das atividades produtivas ali predominantes, a partir da construção dos níveis de acumulação territorial e o desenvolvimento constante da produtividade e da intersectorialidade socioprodutiva.</p>
<p>Dimensão Político-Institucional</p>	<p>Consiste na análise das estruturas de poder nos territórios visando o fortalecimento das novas institucionalidades e sua governabilidade socioterritorial na perspectiva da configuração de uma moderna esfera pública ampliada e democrática.</p>

Fonte: GUIA da SDT, (2010).

Para a qualificação dos dados diagnósticos, foram constituídos Grupos de Trabalho (GT's), que utilizaram as quatro dimensões da sustentabilidade (ambiental, socioeconômica, sociocultural educacional e político institucional) abordadas pela bibliografia da SDT/MDA e técnicas de Diagnóstico Rural Participativo (DRP) como construção de mapas territoriais e diagramas, para descrever o panorama de cada uma das dimensões no Território da Cidadania Médio Jequitinhonha. As atividades em GT's utilizaram como referência proposta pelo Programa de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável, as seguintes dimensões: *Dimensão Econômica*: resultados econômicos com níveis de eficiência através da capacidade de usar e articular recursos locais para gerar oportunidades de trabalho e renda; *Dimensão Sócio-cultural*: mais equidade social, através da intensa participação dos cidadãos e cidadãs nas estruturas do poder; *Dimensão Político-institucional*: novas institucionalidades que permitam a construção de políticas territoriais negociadas; *Ambiental*: compreensão do meio ambiente como ativo do desenvolvimento, considerando o princípio da sustentabilidade, enfatizando o conceito de gestão da base de recursos naturais.

Aspectos históricos, demográficos e Estrutura Agrária

A ocupação do Médio Jequitinhonha foi consolidada a partir do século XIX, muito embora algumas localidades tenham surgido no século anterior ligadas, principalmente, à pecuária extensiva e a agricultura para servir de abastecimento das regiões mineradoras. Localizada numa zona fronteira marcada por constantes confrontos entre grupos colonizadores, tribos indígenas e contrabandistas de minerais preciosos, de acordo com Santos (2004), *"o avanço da colonização levou à instalação de quartéis, posteriormente tornados núcleos urbanos"*.

Há diferenças sociais entre as microrregiões que compõe o Vale do Jequitinhonha que têm raízes históricas. O Alto Jequitinhonha atraiu a atenção dos grandes centros desde a época colonial até a República Velha, enquanto o Médio Jequitinhonha permaneceu isolado, sem estradas, comunicando-se internamente através de um primitivo transporte fluvial, alternado pelo cavalo de sela, pela tropa de burros e carro de bois. Com a decadência do ciclo do ouro, a população do Alto Jequitinhonha, em busca de alternativas de exploração econômica, deslocou-se para o Médio Jequitinhonha e ali se fixou em latifúndios dedicados à pecuária extensiva, ainda hoje a principal base econômica da região. A partir da década de 1950 outras culturas foram introduzidas, como o algodão e o reflorestamento, sem contudo desarticular as atividades que ainda hoje compõe a base econômica da região.

O que caracteriza o Vale do Jequitinhonha é o aspecto desigual da sua realidade. De um lado a riqueza destacada pelas potencialidades do subsolo, promissor em recursos minerais, de seu patrimônio histórico e cultural, referência para Minas Gerais e para o Brasil, de seu artesanato diversificado e de seus múltiplos atrativos turísticos. De outro lado, a extrema pobreza em que vive grande parte de sua população.

A estrutura agrária do Médio Jequitinhonha, segue uma história de formação do Brasil em que as comunidades rurais passaram por sucessivas experiências históricas de expropriação, ou seja, expulsão de suas posses e propriedades. Isso vem formando uma resistência popular que já vem de longa data: pelo ordenamento de sesmarias; pela convivência com as grandes fazendas criatórias; pelo embate com projetos intensivos de exploração mineral; pelo avanço das monoculturas de eucalipto sobre os terrenos de uso comum; pela recente perda do seu lugar de morada devido a construções de barragens hidrelétricas. Isso conformou ao longo dos anos os chamados *"territórios de parentesco"* (TEIXEIRA, 2009), onde estes grupos subalternizados nas relações de poder instituídas desenvolveram, ao longo de sucessivas gerações, estratégias particulares para a preservação de seu patrimônio familiar.

Em relação à distribuição dos estabelecimentos rurais a maioria (34,4%) dos estabelecimentos rurais encontram-se com áreas de até 10 hectares. Somando

o número de estabelecimentos rurais com área até 50 hectares, obtêm-se cerca de 72,1% dos estabelecimentos rurais.

Sobre a área ocupada pelos estabelecimentos rurais, há uma situação inversa da relatada anteriormente. Os estabelecimentos com mais de 200 a 500 hectares representam 22,1% e os acima de 1.000 hectares ocupam 20,1% do total da área do território. Somando os estabelecimentos com mais de 100 hectares, temos 73,2% da área ocupada do território.

Em resumo, o perfil da estrutura fundiária do território é a seguinte: Os estabelecimentos rurais com menos de 100 hectares, representam 82,17% do número de estabelecimentos rurais, com 81,33% do pessoal ocupado nestes municípios e 50,79% do valor da produção, embora represente apenas 26,38% da área ocupada no território. Enquanto que para os estabelecimentos rurais acima de 500 hectares, representam 37,88% da área do território e apenas 5,34% do número de estabelecimentos e 5,56% do pessoal ocupado no território, sendo significativo o valor da produção, em 24,46% (Estudo Propositivo, 2006).

Dimensão Ambiental

De acordo com o Estudo Propositivo (2006) o Médio Jequitinhonha, é fortemente marcado por condições climáticas adversas, tendendo para a semi-aridez, com precipitações anuais abaixo de 1.000 mm, atingindo 700 mm nos municípios de Itinga e Itaobim, que aliadas a relativamente baixa fertilidade dos solos, tornam a sobrevivência difícil, especialmente no meio rural, o que contribui para um intenso fluxo migratório. O rio Jequitinhonha é o recurso natural mais importante da região, com seus afluentes como rio Araçuai.

O colegiado territorial, reunido em abril de 2005 (Oficina Territorial, 2005) percebeu uma problemática ambiental em tensão, que gerou conflitos, os casos das Barragens de Irapé e Coronel Murta. O potencial hidrelétrico vem sendo explorado, mas ressalta-se que:

“Os impactos da construção de barragens, principalmente para fins de geração de energia elétrica, são considerados como destrutivos do ambiente natural e social desde a década de 70, quando começaram a chamar atenção pública para o assunto no país. Estudos de especialistas do Banco Mundial e da Comissão Mundial de Barragens (CMB, ou WCD, da sigla em inglês), apontam que (...) estimativas globais sugerem que, nos últimos 50 anos, cerca de 40 a 80 milhões de pessoas foram deslocadas pelas barragens. (FIRME-VIEIRA, 2003:17).

Com o levantamento dos dados e reflexões desta dimensão da sustentabilidade, os participantes das oficinas de qualificação do PTDRS, foram orientados a identificar os problemas, suas causas e conseqüências. Com o trabalho obteve-se os seguintes resultados:

Dimensão ambiental		
Problema	Causa	Consequência
<ul style="list-style-type: none"> - Utilização de substâncias químicas para retirar areia e pedras preciosas - Extração de granito sem respeito ao meio ambiente - Instalação de grandes barragens e usinas - Cultivo da monocultura - Falta planejamento ambiental nos municípios (destinação do lixo, tratamento da água e esgoto, funcionamento do CODEMA). 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de política de controle da extração do granito. - Ganância por dinheiro - Não tem apoio político para produzir e para exportar - Impunidade dos infratores; - Não há fiscalização dos órgãos competentes. - Mão de obra barata - Falta de mão de obra especializada para manejo do lixo e esgoto (aterro sanitário, etc.) - Falta de recurso financeiro para as ações citadas 	<ul style="list-style-type: none"> - Destruição do meio ambiente - Pessoas de fora trazem violência e prostituição - Empobrecimento do Vale - Concentração de renda e terra - Abandono do campo – graniteiro compra a propriedade - Doenças pela disseminação do veneno - Erosão do solo - Extinção de matas nativas e animais - Secamento de nascentes e rios – pela extração do granito e provocado pelas rachaduras dos explosivos utilizados para abrir as pedras. - Contaminação do meio ambiente - Pontes rachando devido os caminhões pesados carregados de granito, mata-burros e estradas - Rachaduras nas casas - Acidentes de trabalho

Dimensão sociocultural e educacional

Com o trabalho de identificação de problemas com suas causas e conseqüências, observe-se os seguintes resultados para esta dimensão da sustentabilidade:

Dimensão sócio cultural e educacional		
Problema	Causa	Consequência
<p>Saúde, educação e cultura.</p> <ul style="list-style-type: none"> - “Discutiram todo o conjunto e descobriram que o grande problema 	<ul style="list-style-type: none"> - “A Causa é a historia de politicagem e ditadura predominantes assim como o coronelismo”. - “Falta de 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de continuidade nos programas quando mudam os governos. Muito dinheiro e pouco resultado. - Falta estrutura, estradas péssimas, dificulta o transporte

<p>nas políticas públicas é a gestão e integração entre as esferas do governo federal, estadual e municipal”.</p> <p>- “Por exemplo, nunca se teve tantos programas na área social como neste governo, mas quando chega no município não funciona”.</p> <p>- “Assim acontece com a saúde, a educação. Os municípios não fazem a parte deles”</p>	<p>conhecimento das leis e dos direitos, para saber como cobrar?”</p> <p>- “Outra causa é a concentração do latifúndio, falta de conhecimento dos direitos e falta de vontade política”.</p>	<p>da produção;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Moradias inadequadas - Enfraquecimento de participação dos atores sociais nos espaços. - Fenômenos como violência, gravidez na adolescência, mortalidade na adolescência pelo alcoolismo e outros. - Devolução de verba de Município por falta de documentação. - Exploração sexual, migração, acesso a água potável, falta atendimento e equipamentos para o básico, ex. falta anestésico para tratamento de dentes, direitos adquiridos não respeitados, - falta informação sobre os programas e políticas, ex. pró-jovem, - Falta lazer, esporte, resgate cultural, - falta historia da cultura do Vale do Jequitinhonha.
<p>- Aumento do tráfico de drogas e do número de usuários</p> <p>- Adoecimento, fragilidade na saúde mental familiar, incapacidade ocupacional</p>	<p>Lideranças políticas, empresariais e judiciais locais envolvidas</p>	<p>Fragilidade das Políticas Públicas de Segurança Pública</p>

Dimensão socioeconômica

O território Médio Jequitinhonha tem sua principal dinâmica econômica ligada a agricultura familiar conforme pode ser observado no número de estabelecimentos rurais no território e na quantidade de trabalhadores nesta atividade econômica. Apesar do clima semi-árido ocasionando longos períodos de estiagem o Vale possui condições para uma sobrevivência digna dos seus habitantes. Segundo dados obtidos para o Estudo Propositivo (2006) no Documento EFA Bontempo (dezembro 2000), tais condições são assim indicadas:

- ✓ **Minerais** – A região é rica em pedras preciosas e vários tipos de minerais que são explorados, mas, segundo o documento (op. cit.) a riqueza não fica na região.
- ✓ **Artesanato** – A região é tradicional na produção de diversos tipos de artesanato tradicionais, rústicos, originais, colocando-a em destaque especial dentro do Estado. Embora exista tentativa de organizações associativas o artesanato tem produzido mais lucro aos atravessadores (op. cit.).
- ✓ O **clima semi-árido** e o **potencial hídrico**, sobretudo do Rio Jequitinhonha e do Rio Araçuaí, favorecem o desenvolvimento da fruticultura irrigada, mas até o momento as políticas públicas não têm fomentado esse tipo de atividade, que seria uma das melhores alternativas de geração de emprego e renda para os agricultores da região (op. cit.). Nas oficinas foi destacado que as áreas irrigadas pertencem a proprietários de grande extensão de terra (fazendas) e pouco beneficiam as famílias de agricultores. Acreditamos que existe potencial para beneficiar a Agricultura Familiar com a irrigação através do PRONAF e da Garantia Safra. Apontamos a possibilidade de incremento da produção de sequeiro pela AF e ainda a necessidade de pesquisa da EMBRAPA, EPAMIG e outras instituições para desenvolvimento socioeconômico no semi-árido.
- ✓ **Organização Popular e Religiosa** – há um rico acúmulo nesse sentido, tratado com maior detalhamento no item “Capital social” do presente estudo propositivo.
- ✓ **Aposentadoria rural** – conquistada pela luta dos/as trabalhadores/as rurais, essa é uma importante fonte para a sustentabilidade econômica local nas áreas rurais.
- ✓ **Migração** – em busca de novas oportunidades de trabalho, trabalhadores/as se vêm obrigados a mudar-se para cidades maiores. A renda adquirida costuma ser encaminhada para a família que reside no território, mas esta estratégia não é considerada valorosa para o desenvolvimento sustentável do Território. Existe também as os fluxos migratórios sazonais, sobretudo de homens que vão trabalhar por um período determinado, por exemplo no corte de cana-de-açúcar em São Paulo.
- ✓ O **IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano é o índice com maior aceitação em nível internacional para se estipular parâmetros de desenvolvimento. Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) dos municípios do território, nenhum apresenta índices acima de 0,700. Os piores índices são em Pontos dos Volantes, Comercinho e Jenipapo de

Minas com 0,594, 0,603 e 0,618 respectivamente. (Estudo Propositivo, 2006)

- ✓ O índice de domicílios pobres no território é elevado (46,7%), destacando-se também à baixa taxa de urbanização do território (cerca de 50%), significando uma população, na sua maioria, vivendo na zona rural, em situação de pobreza. (idem)

Mediante a situação apresentada muitas alternativas de desenvolvimento sustentável vem sendo discutidas nos movimentos populares e religiosos, procurando conscientizar os trabalhadores sobre as potencialidades da região e propor políticas públicas para um projeto concreto de convivência com o clima semi-árido.

Em debate, o coletivo participante da oficina da validação, questiona os motivos da não modernização das práticas agrícolas. Segundo eles a modernização e a capitalização do campo não alcançou o pequeno/a produtor/a da agricultura local por falta de políticas públicas de investimento para a Agricultura Familiar, motivo pelo qual a produtividade desse grupo é inferior aos chamados “grandes produtores”. Mas hoje com o debate da agroecologia, essas práticas ditas modernas estão sendo revistas a luz dos conhecimentos sobre o ecossistema agrário e as graves conseqüências sociais e ambientais da monocultura e da grande extensão de terras no Brasil, que foram os dois pilares da modernização agrícola.

O que vários estudos apontam é que o Vale do Jequitinhonha como um todo não acompanhou o processo de modernização da agricultura, o que por um lado preservou a região dos impactos perversos desta chamada modernização, tanto no ambiente natural quanto nas relações humanas, mas por outro a região não conseguiu incorporar a intensa capitalização das práticas agrícolas, encontrando dificuldades na geração de emprego e renda no campo.

Estrutura produtiva

Em se tratando da atividade de agricultura familiar para este território, em relação ao número de estabelecimentos familiares, destacam-se os municípios de Berilo, Chapada do Norte, Francisco Badaró, Jenipapo de Minas, José Gonçalves de Minas e Virgem da Lapa, com proporções acima de 95%. Os municípios com menores proporções são: Pedra Azul (36,9%), Medina (74%) e Águas Vermelhas (74,3%) em que a porcentagem de estabelecimentos com agricultura familiar está abaixo de 75%. **Importante destacar o elevado percentual de estabelecimentos que privilegiam a agricultura familiar no território que é de 91%.** Isso denota a importância da agricultura familiar como atividade econômica e produtiva no Médio Jequitinhonha (Estudo Propositivo, 2006).

A seguir os resultados da nossa análise em plenária:

Dimensão socioeconômica		
Problema	Causa	Consequência
<ul style="list-style-type: none"> - Cadeia produtiva da mandioca: qualidade do produto e baixa produtividade. - Falta de planejamento e organização da produção para acessar o mercado dos diversos produtos do território - Produtos territoriais: derivados da mandioca, cana, criação de animais (gado e peq animais), fruticultura, apicultura – Falta de ATER focada na demanda qualificada da Agricultura Familiar - Falta de apoio dos municípios as feiras livres (logística, estrutura física,...) 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de capacitação e de conhecimento técnico - Falta organização em associação e cooperativas, transporte para escoar a produção, estrutura física, padronização dos produtos - Aumento da concorrência devido o aumento da produção - Falta ATER e selo da Agricultura Familiar - Falta de acesso/informação/acompanhamento PAA e PNAE - Definição do MDS pelo acesso ao PAA compra direta a numero limitado de municípios - PAA e PNAE não consideram a sazonalidade da produção do semi árido (verificar critérios do PAA e debater com especialista) 	<ul style="list-style-type: none"> - Abandono das casas de farinha - Não aumento da produção de renda - Falta sustentabilidade das cadeias produtivas locais
Acesso ao crédito qualificado	<ul style="list-style-type: none"> - Falta documentação fundiária - Obrigatoriedade de vinculação com produtos do banco (venda casada) - Dificuldade de aprovação do crédito pela obrigatoriedade da comprovação de renda - Falta informação sobre modalidade do PRONAF - Falta de apoio para elaboração de projetos e acompanhamento 	- Pouca geração de trabalho e renda
Pouca organização dos artesãos	<ul style="list-style-type: none"> - Pouca articulação entre artesãos - Pouca valorização do produto -Difícil acesso ao mercado; comercialização via atravessador 	Pouca geração de renda (aquém da capacidade)

Falta de terra para o agricultor trabalhar e insuficiência de políticas agrárias integradas a outros setores	Concentração de terra	Migração
--	-----------------------	----------

Dimensão Político-institucional

Com o trabalho de identificação de problemas com suas causas e conseqüências, observe-se os seguintes resultados para esta dimensão da sustentabilidade:

Dimensão político-institucional		
Problema	Causa	Consequência
- Pouca articulação política no Território para construção de consensos. <i>(necessidade de um articulador político)</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Esvaziamento do Colegiado do território. - Desinteresse e falta de comprometimento por parte de alguns órgãos e entidades do Território, - Limitação financeira e de estrutura de recursos humanos de entidades da sociedade civil - Acesso a recurso a partir de emendas parlamentares distanciado das discussões territoriais - perfil do poder público: não “coletivar” a gestão - Desorganização da Assembléia Territorial. - Falta de comunicação, de compreensão do seu papel e interferência de interesses particulares. - Falta de capacitação dos conselheiros e representantes do Colegiado - Demora para executar os projetos aprovados 	<ul style="list-style-type: none"> - Pouca articulação com as políticas públicas de DRS disponíveis - Pouco encaminhamento e ações práticas em busca de recursos públicos - Aprovação de projetos (projetos pontuais, sem enfoque territorial) que não atua em todo o território - Não funcionamento das câmaras técnicas para discutir projetos e estratégias para acessar recursos das políticas publicas.
Falta gestão do poder publico nos projetos territoriais	Falta entidade no território pra gestar os projetos territoriais	Concentração de poder e limite para planejamento, poucos municípios atendidos, falta entidade aptas par apresentar

		projetos
--	--	----------

Soluções indicadas pela Plenária de Qualificação do PTDRS para os principais problemas:

Problema	Soluções / Linhas de ação
Gestão de políticas públicas de educação	<ul style="list-style-type: none"> - Educação – conservar escolas rurais nos municípios; - Investir nas EFAS; - Fiscalizar os recursos para educação; - Capacitar professores da própria comunidade para atuar nas escolas; - Garantir a concepção, protagonismo e identidade da educação do campo - Garantir a concepção político pedagógico da educação do campo - Apropriação e discussão das políticas de educação pelo Colegiado (Câmara Temática) - Pró-Campo: discutir, aprofundar, aumentar investimento. Garantir a continuidade do curso. Oportunizar o acesso de estudantes e profissionais locais (critérios legítimos para seleção) - Criação/fortalecimento de cursos agrários nas universidades do território com atenção ao tema da Convivência com Semi Árido - Garantir a criação do campus universitário da UFVJM no Médio e Baixo Jequitinhonha através de articulação organizada - Elaborar uma proposta de parceria e extensão da UFVJM, parceria com a EFA. - Criar incentivo a implantação de áreas de lazer nas comunidades rurais, com objetivo de fortalecimento da cultura territorial e incentivo a literatura <p>Encaminhamentos: Arilton CONSEP, José Nelson CONSU, D. Eva Cons Comunitário, Câmara Temática Educação</p>
Drogadição	<ul style="list-style-type: none"> -Educação preventiva -Acesso políticas públicas para os jovens e a família - Valorização da educação do campo - Acesso a equipamentos de saúde para tratamento de dependência química – CAPS AD (Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e Drogas)
Acesso a terra.	<ul style="list-style-type: none"> - Rever a questão da Reforma Agrária - Realizar audiências públicas sobre as terras; - Regularização e titularização das terras; - Estabelecer limite nos tamanhos das propriedades rurais; cobrar do ITER resultado das medições das terras dos posseiros rurais; - Aproximação do Colegiado ao INCRA. Convidá-los a participar dos seminários e audiências

	<ul style="list-style-type: none"> - Levantamento das terras devolutas para Reforma agrária. - “É preciso identificar no território quem vai vestir a camisa nesta área da terra. Quem são as organizações: Via campesina, MPA, STRs, MST, Fetaemg, CPT, Itavale” – Realização de Seminários municipais preparatórios para a realização de uma audiência pública. – Criação da Câmara Temática para discutir a problemática da questão agrária fundiária no território. - Resgatar esta luta e cobrar dos órgãos competentes.
<ul style="list-style-type: none"> - Utilização de substâncias químicas para retirar areia e pedras preciosas - Extração de granito sem respeito ao meio ambiente - Instalação de grandes barragens e usinas - Cultivo da monocultura - Falta planejamento ambiental nos municípios (destinação do lixo, tratamento da água e esgoto, funcionamento do CODEMA). 	<ul style="list-style-type: none"> - Ter maior conhecimento das leis ambientais; realizar Oficinas de Formação sobre a temática; - Criação e fortalecimento dos CODEMAS; - Trabalho de conscientização; - Garantir o tema meio ambiente no currículo escolar; - Criar o fundo municipal de meio ambiente; - Criar e apoiar projetos de iniciativas locais e regionais para preservação do meio ambiente. - Ter comprometimento das leis; - Estabelecer na lei as nascentes como patrimônio da humanidade; - Construção de barraginhas, cercamento das nascentes; - Destino adequado do lixo urbano e rural (com lixo urbano adubo orgânico e lixo sólido fazer a reciclagem); - Saneamento urbano e rural; - Adequação da lei orgânica municipal ambiental para inclusão do limite para plantio do eucalipto (minuta propositiva do Colegiado Territorial para as Câmaras Municipais) - Adequação da lei ambiental para garantir recuperação de áreas próximas ao local de exploração e recompor (garantir ações de preservação ambiental, impedir ações “maquiadoras”, praças,...) - Apoio sócio ambiental nos projetos dos municípios. (buscar o recurso DNPM/contribuição federal) - Que as multas aplicadas as empresas sejam retornadas ao município de origem para ações de recuperação através de entidades que desenvolvem ações de recuperação; - O território chamar o Ministério Público do Meio Ambiente, IGAM e IEF para discutir os entraves das leis ambientais; – Convidar os deputados eleitos para que tragam notícias sobre as mudanças no código florestal e na lei da mata seca (Rosa) - Mapeamento e busca de informações a respeito do financiamento para construção de aterros sanitários através de consorcio intermunicipal. (Alexei propõe consulta pela condição diferenciada de Território da Cidadania) discutir a legislação federal e os critérios de distancia e numero de hab. <p>Encaminhamento: Gutyerre, Manoel, Câmara Temática</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Pouca articulação 	<ul style="list-style-type: none"> - Cumprir o regimento interno - Reformular o regimento interno acrescentando um item com

<p>política do Território [Esvaziamento do Colegiado nas reuniões do Território]</p>	<p>pontuações para as entidades participantes e faltantes, de forma a orientar o direcionamento dos projetos territoriais.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reuniões e assembleias itinerantes - posicionamento da Comissão Gestora em relação a emendas parlamentares (ofício validado pelo coletivo)
<p>- Isolamento histórico de grupos específicos (comunidades tradicionais): quilombolas, indígenas, etc.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivar a organização destes grupos - Garantir participação destes grupos na Assembleia Territorial para reconhecer suas demandas. - Identificação (mapeamento), Sensibilização/Mobilização, Interlocução através dos municípios (entidades e prefeitura), etc.
<p>–Gestão do poder público nos projetos do território – não concretização do consórcio público</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Implantar o consórcio público no território. - Recursos via Associação - Discutir as políticas públicas nos CMDRS - Parceria e integração real entre o poder público e a sociedade civil - Reavaliar os eixos do território e também os critérios e fazer as adequações. - Construir planejamento estratégico para garantir ações para o território. - Garantir ATT com instrumentos adequados para o trabalho.
<p>Falha na comunicação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Comunicação – otimizar o fluxo de informações e a comunicação entre as entidades locais. - Ter agenda definida com momentos específicos para reunir com os prefeitos, por exemplo, colocar duas horas de conversa. - Definir calendário das atividades do território no início de cada ano. - Priorizar o planejamento estratégico do território para evitar o esvaziamento e encaminhar as ações. - Conhecer o SGE para acompanhamento das entidades – Repasse de informação. (Márcio – STR Medina/Itavale e Sara Assessora Territorial) - Socializar relatório das reuniões territoriais no início das próximas reuniões e posterior encaminhamento por e-mail.
<p>Precária estruturação socioeconômica</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Aprofundar e pensar a economia a partir dos princípios da economia solidária. Ex: Como fortalecer a produção familiar? Como alcançar o selo? Como alcançar ATER qualificada? Como ampliar o mercado? - Conhecer a nova lei de ATER e ampliar a assistência técnica através dela. Quais são as organizações que podem oferecer ATER e ver outras entidades a se credenciar. - Incentivo ao plantio de plantas nativas e frutíferas; <ul style="list-style-type: none"> – Identificar os produtores envolvidos na cadeia da mandiocultura, Capacitar estes agricultores que estão

	<p>envolvidos e interessados na cooperativa.</p> <ul style="list-style-type: none">– Preparar a equipe técnica para apoiar a cooperativa na gestão do projeto do entreposto de farinha que será instalada no município de Itaobim, pois muitas cooperativas fecham por problemas de gestão, falta de equipe qualificada para fazer a gestão.- Apoio ao cooperativismo para produção e comercialização. Fomentar o processo de beneficiamento e “apresentação” dos produtos, para conquista de novos mercados.- planejar ampliação de comercialização através do PAA, PNAE.- Fortalecimento das Associações para o Controle Social- Atualização e novas pesquisas sobre a problemática da Convivência com Semi Árido- Aproximação dos órgãos competentes (MDS e órgãos afins) para apontamento dos “beneficiados” pelo PAA e PNAE;- discutir e indicar plano de negócios e plano de cadeia territorial para MDA <p>Encaminhamentos: Comissão Gestora, Núcleo Técnico e Câmara Temática</p>
--	---

Visão de Futuro

“Médio Jequitinhonha como território de atores sociais articulados e políticas públicas integradas promovendo a qualidade de vida para todos/as cidadãos e cidadãs.”

Valores e Princípios

- Valorizar e respeitar a história que já foi construída, as diversidades, a cultura, a religiosidade, conhecimento; amor pelas pessoas;
- Democracia, construção coletiva e valorização dos saberes locais;
- Respeito às pessoas, às culturas e às diversidades;
- Respeito ao ecossistema;
- Valorização da agroecologia (e práticas agroecológicas);

- Valorização da cultura e costumes tradicionais, como artesanato, festas folclóricas e religiosas (Reisados, São João), romarias;
- Valorização da Educação do Campo / contextualizada;
- Protagonismo do jovem rural e valorização da mulher camponesa;
- Valorização da agricultura familiar;
- Economia solidária;
- Que o Médio Jequitinhonha seja um território de atores sociais articulados, com políticas públicas integradas, promovendo qualidade de vida para todos.
- Que o território seja realmente um espaço da cidadania.
- Que o território seja: esperança de melhoria da vida para o Vale do Jequitinhonha, tanto para o campo e para a cidade.
- Que promova a integração dos diversos atores sociais e das políticas públicas.

Identidade Territorial

“SOU VALE, SOU VIDA, SOU COMEÇO, SOU PARTIDA,
CADA DIA RENOVA A ESPERANÇA,
NOS MOVIMENTOS, NO CANTO, NA DANÇA,
É O DESENVOLVIMENTO”

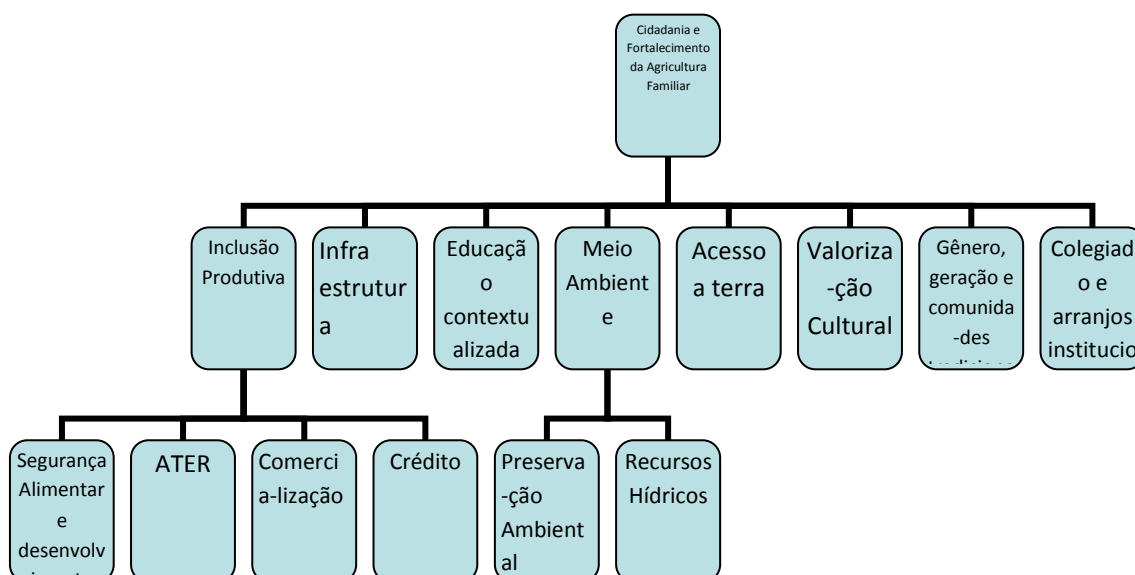
Lia Queiroz– Casa da Juventude

Eixos Estratégicos para o desenvolvimento do Território Médio Jequitinhonha

Sobre os principais eixos do desenvolvimento territorial rural sustentável, no contexto das primeiras discussões sobre desenvolvimento territorial, houve um

avanço no sentido de aglutinar temas e focar no que é mais importante para cidadania e fortalecimento da agricultura familiar, conforme os resultados do processo de qualificação, sintetizados abaixo.

A partir das reflexões norteadas por cada Dimensão de Sustentabilidade (**Dimensão Sócio Econômica, Dimensão Cultura Educacional, Dimensão Político-institucional Ambiental**) e pelos eixos discutidos no PTDRS (2006) foram definidos os Eixos de Desenvolvimento (eixos estratégicos) para a promoção do desenvolvimento com sustentabilidade econômica, social, política e ambiental, com caráter multidimensional e multissetorial.



Obs.: O “Eixo Aglutinador” Cidadania e Fortalecimento da Agricultura Familiar foi eliminado do organograma (o sentido expresso por este eixo foi incorporado nos objetivos e diretrizes)

Programas e Projetos Estratégicos

Segue nossa proposta, enquanto Colegiado Territorial, para estruturação de programas e projetos estratégicos, destacando os eixos que trabalhamos em plenária no processo de qualificação deste PTDRS.

Eixo: Acesso a terra

Objetivo:

- Discussão sobre a melhor distribuição da terra (mobilização)
- Reestruturação dos assentamentos do território

Justificativa: nos últimos anos, houve um “esfriamento” dos movimentos sociais em relação à luta pela terra.

Atividades:

1. Mobilização municipal (diagnóstico e levantamento de demanda)
2. Seminários regionais
3. Audiência pública (convidar o INCRA para participar)

Eixo: Colegiado e arranjos institucionais

Objetivo: Fortalecimento do Colegiado:

- Capacitação dos membros.
- Informação dos projetos.

Justificativa: descontinuidade dos participantes nas atividades do Colegiado; Desconhecimento dos objetivos; Pouca participação do poder público.

Atividades:

1. Avaliação diagnóstica. (Por que esvaziamento?)
2. Oficinas para capacitação dos membros do colegiado.
3. Divulgação dos trabalhos realizados (rádio) e Distribuição de material informativo com leitura fácil
4. Oficina microrregional para divulgação da política territorial.

Eixo: Colegiado e arranjos institucionais

Objetivo: criação do consórcio público para facilitar o desenvolvimento dos projetos

Atividade: entrar em contato com o consultor do MDA responsável por orientações a Consórcio Público e entidade que pode contribuir para a mobilização dos prefeitos.

Eixo: Colegiado e arranjos institucionais

Objetivo: estruturar o ambiente de trabalho do Território (infraestrutura)

Atividade: aquisição de equipamentos (computador, data show, material de escritório) após firmado o consorcio publico

Programa: Semeando para o futuro

Eixo: Educação e Meio Ambiente

Objetivo: investir e fortalecer as EFAs; conservar escolas rurais

- Estruturação das EFAs existentes.
- Discussão e divulgação das EFAs
- Articulação com a universidade para reconhecimento das necessidades do semi-árido e formação dos profissionais
- Valorizar as pessoas que são formadas no território

Atividades:

1. Capacitar e formar os professores em relação as questão social e convivência do semi-árido
2. Aproximação das famílias com as práticas agroecológicas – desenvolvimento pedagógicos para assistência técnica, para manutenção das intervenções
3. EJA para ensino médio/formação técnica para agricultores de forma semelhante ao antigo projeto semear.
4. Colocar na grade curricular das escolas do campo e escolas tradicionais: educação ambiental, preservação de nascentes, práticas do semi-árido (cisternas, barraginha), práticas agroecológicas.

5. Bolsa de estágio para acompanhamento de agricultores no campo incentivando práticas agroecológicas
6. Ampliação de centros de Inclusão digital

Projeto: Morar com dignidade no campo

Eixo: Infra Estrutura

Metas: 30 casas beneficiadas com melhorias ou construções, no 1º ano, em cada município. No ano seguinte, dobrar o numero de casa (melhorias ou construções) e assim sucessivamente.

Projeto: Morar com dignidade – fase 2

Eixo: Infra estrutura

Meta: 30 módulos sanitários no primeiro ano, em cada município. No ano seguinte, dobrar o numero de módulos sanitários, e assim sucessivamente.

Segundo Rosa Croccoli, há recursos na FUNASA para esta ação. Solicitar a programação de execução.

Projeto: Água para o campo

Eixo: Infra estrutura

Objetivo: construção de barragens comunitárias para abastecimento e produção agrícola nas comunidades e municípios

Meta: 5 barragens comunitárias de 60mil m³ (necessidade de confirmação deste critério de metragem), para abastecimento com tratamento e distribuição da água por município, no primeiro ano; dobrar no segundo ano, e assim sucessivamente (cada município deve consultar núcleo técnico a área adequada).

Eixo: Infra-estrutura e Inclusão Produtiva

Objetivo: manter o agricultor na zona rural e aproveitar a água de chuva para melhoria da qualidade de vida das famílias rurais

Meta:

1. Construção de Cisternas Coletora de chuva, 16 mil litros, para residências na zona rural, Por município. No primeiro ano 30 unidades, no segundo dobrar e assim sucessivamente.

2. Caixa Coletora de chuva, 52 mil litros, para produção na zona rural, por município, no primeiro ano 30 unidades, no segundo dobrar e assim sucessivamente.

Projeto: Ater para todos

Eixo: Inclusão Produtiva

Objetivo: contratação de técnicos para contratação de técnicos em geral

Meta: 1 técnico para cada 100 famílias agricultoras por município

Projeto PAES (MDS e ITER/MG)

Eixo: Inclusão Produtiva

Objetivo: continuidade ao projeto em andamento

Meta: 30 unidades por municípios no primeiro ano, dobrar no ano seguinte, e assim sucessivamente.

Projeto de irrigação para famílias agricultoras

Eixo: Inclusão Produtiva

Objetivo: criar projetos de irrigação coletiva em todos os municípios que tem rios em condições de receber o projeto

Meta:

- Identificar unidades produtivas com esse perfil
- Implantar 5 unidades por município (perfil) no primeiro ano, a aumentar no ano seguinte.

Projeto: Mulheres em Rede

Eixo: Gênero, Geração e Comunidades Tradicionais

Objetivo: fortalecer a mulher campesina

Atividades:

- Realização de 5 oficinas temáticas territoriais em microrregiões com foco na relação das mulheres camponesas e inclusão produtiva
- Seminário regional para conselhos do direito da mulher
- Construção de rede de mulheres
- Mapeamento, fortalecimento e grupo produtivo de mulheres de forma a inclusão produtiva de mulheres
- Criação de fórum regional para fortalecimento das políticas públicas com foco na mulher (saúde da mulher,...)
- Ampliação do atendimento da assistência técnica diferenciada para mulher.

Projeto: A voz da cidadania

Eixo: Valorização Cultural

Objetivo:

- Fortalecer comunidades quilombolas e indígenas
- Resgate cultural através da diversidade e manifestação cultural – musica, artesanato, costumes, dança
- Fortalecimento das festas populares, tradicionais e religiosas
- Fortalecimento do artesanato

Atividades:

1. Realização de diagnóstico sociocultural das comunidades
2. Identificar os grupos culturais existentes

3. Identificar os produtos artesanais

Gestão Social do PTDRS

Apesar do grande poder dos “coronéis” que “mandaram” no Vale durante séculos, contribuindo para o empobrecimento da maioria da população e enriquecimento de poucos, esta situação vem se rompendo, segundo dados de entrevistas com atores sociais no Estudo Propositivo (2006), com a organização política dos trabalhadores em partidos populares, provocando a eleição de prefeitos populares desde a década de 1990. Este processo é fruto de mais de 20 anos de trabalho de base dos sindicatos e, sobretudo, das pastorais sociais da Igreja Católica. Hoje, nesse caldeirão de idéias e ação direta de entidades organizadas, inclusive na construção de um Colegiado Territorial, temos a proposta do modelo de gestão social que queremos no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS.

A Gestão Social do PTDRS deve ser construída pelo Colegiado Territorial (Assembléia Territorial) de forma contínua com base na divisão de tarefas, com comprometimento das entidades, de forma participativa, buscando-se a descentralização e transparência (Relatório da 3ª Oficina). Apresentar de maneira contínua, na forma de acordos coletivos em plenária, a estratégia de gestão do PTDRS, ou seja: quem participa, como será feita a gestão, de que modo os caminhos estabelecidos serão respeitados e implementados.

Os pilares deste modelo de gestão são:

Transparência

Participação

Sustentabilidade.

Cada um desses conceitos de referência deverá ficar bem absorvido pela Assembléia Territorial (Comissão Gestora, Núcleo Técnico, Câmaras Técnicas Setoriais), que devem observar cada um ao seu modo, que esse referencial

deve ser traduzido em ações práticas, tendo como ponto de partida a Mobilização e a Participação efetiva.

Desenho sugerido para Gestão Social

1) Colegiado Territorial

- a) Fortalecer as Instâncias: papéis e gerenciamento social
 - i) Plenária – diretrizes e prioridades
 - ii) Núcleo técnico – formato (composição por especialidade e CT), papel
 - iii) Comissão Gestora (Núcleo diretivo) – instancia de articulação política
 - iv) Câmaras temáticas setoriais – discutir as propostas temáticas e setoriais

b) Planejamento Operacional (anual)

- i) Ferramenta do planejamento das ações operacionais por ano;

c) Comunicação

2) Acordo de Trabalho/Negociação

a) Agendas e compromissos

b) Espaços – permanentes

3) Monitoramento

a) Execução - Indicadores físicos (número, percentuais, etc.)

Resultados e Impactos (indicadores qualitativos) – benefícios para o público previsto, e resultados sociais, econômicos e ambientais.

Ação para divulgação e apropriação do PTDRS

- a. Oficinas de divulgação regional

- b. Oficinas territoriais itinerantes (nas diferentes cidades do território)
 - c. Comunicação permanente das reuniões territoriais: informação dos projetos e atividades para comprometimento das entidades públicas e sociedade civil
 - d. Comunicação para a comunidade, diretamente com a base (Adão fala da dificuldade de acesso as informações e do não repasse dos representantes, e sugere que o território comunique diretamente com as comunidades)
 - e. Divulgar em todos os meios a finalidade do território da cidadania
 - f. Utilizar os conselhos para divulgar as atividades do território
 - g. Confeccionar panfleto/folheto sobre o território, de forma objetiva, para distribuir nos órgãos representantes
-
- **Ação para organizar interna:**
 - a) Reformular regimento interno e aprovar no colegiado
 - b) Articular com as pessoas do município para viabilizar transporte para as oficinas territoriais de maneira regular
 - c) Revitalização do colegiado: mobilização do colegiado, buscar representantes dos municípios
 - d) Comprometimento dos órgãos representantes das despesas dos representantes: regularidade no repasse
 - e) É difícil fazer valer o regimento interno. O objetivo é aproximar as entidades.
 - f) A não participação das entidades seja penalizada aos poucos, para não serem privilegiadas quando distribuídos os recursos

Monitoramento e Avaliação do PTDRS

A estratégia de monitoramento e avaliação do Planejamento envolve: Acompanhamento do que foi programado e executado; Avaliação periódica com a Programação do monitoramento; Verificação das metas, com estabelecimento de mecanismos para discussão com a base do Território; Comprometimento do Colegiado Territorial. Este ponto está em fase de construção coletiva pelo território.

Considerações Finais

Caminhamos até aqui com base num considerável acúmulo de informações partilhadas e debatidas num processo participativo de aprendizagem social, que buscou definir as bases para um acordo coletivo sobre o Desenvolvimento Territorial. Mas precisamos superar muitos desafios para gestão social do PTDRS, dentre os quais destacam-se:

- A necessidade de uma maior interação entre Universidades e Colegiado Territorial, numa perspectiva mais institucionalizada para além de núcleos ou personalidades acadêmica. A aproximação da SDT com as universidades de Minas Gerais;
- Descontinuidade no e do Colegiado Territorial, dificultando o acumulo necessário a disputa dos projetos em espaços públicos e a convivência em grupo necessário a construção de relações de confiança mais sólidas na construção e formulação das políticas publicas;
- Vulnerabilidade da política territorial enquanto programa de governo, não sendo, portanto, uma política pública e com isto uma insegurança latente que permeia a política e o conjunto da sua institucionalidade, tais como: assessoria territorial, estadual bem como a representação estadual no estado neste caso DFDA que implementam uma estratégia territorial, mas que ao mesmo tempo tem ações de infra-estrutura que por sua concretude determinam a agenda dos atores envolvidos na política territorial;

- A disjuntiva entre a esfera macro e a esfera micro, já que a política nacional é Territorial, condicionada pelo Orçamento da união e o estado é regional administrativo com suas condicionantes participativas centradas no PPAG e na focalização das políticas como o projeto travessia;
- Emendas parlamentares que não tem origem enquanto consulta no âmbito territorial e que ao chegarem ao território por meio de assessores parlamentares desconstroem a lógica da participação como elemento da construção e gestão das políticas sociais;
- Retomar a agenda formação sociopolítica numa perspectiva educativa e instrumental para as lideranças que atuam na perspectiva do público enquanto estratégia de ajustar demandas de curto e de longo prazo inerentes aos projetos territoriais;
- Qualificar a participação da sociedade civil, no sentido de compreender que o estado e sociedade são partes de um todo e que devem avançar juntos na implementação da estratégia territorial.
- Considerando que os Territórios em que tiveram sua qualificação, são considerados Territórios antigos de Minas Gerais, as ações e desdobramentos do PTDRS qualificado demonstram que os Territórios situam no nível 01 de planejamento da SDT evidenciando uma disjuntiva entre a política, sua cultura e pratica.

Fontes de Referência

ANÁLISE ESPACIAL DE VARIÁVEIS AMBIENTAIS, AGRÍCOLAS E TECNOLÓGICAS NA MESORREGIÃO DO JEQUITINHONHA, COMO SUPORTE AO PLANEJAMENTO REGIONAL . Patrício A. Silva Carneiro; Maurício Paulo F. Fontes; João Carlos Ker; Rosa Fontes. Trabalho faz parte das pesquisas realizadas no Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas em Disparidades Regionais – NIPED/UFV, com apoio financeiro do CNPq, s/d.

Ata da Reunião da Comissão Gestora do Território da Cidadania do Médio Jequitinhonha realizada na sede da AMEJE, Araçuaí -MG, no dia 02-06-2010.

Ata da Reunião da Comissão Gestora (Núcleo Diretivo) do Território da Cidadania do Médio Jequitinhonha realizada na sede da AMEJE, Araçuaí -MG, no dia 11-09-2009.

Ata da Reunião da Comissão Gestora (Núcleo Diretivo) do Território da Cidadania do Médio Jequitinhonha realizada na sede da AMEJE, Araçuaí -MG, no dia 31/07/2009.

Ata da Reunião Extraordinária da Comissão Gestora (Núcleo Diretivo) do Território da Cidadania do Médio Jequitinhonha realizada na sede da AMEJE, Araçuaí -MG, no dia 26-06-2009.

ATA DO NÚCLEO TÉCNICO DO TERRITÓRIO MÉDIO JEQUITINHONHA REALIZADA NO DIA 30/07/2008.

ATA DO NÚCLEO TÉCNICO DO TERRITÓRIO MÉDIO JEQUITINHONHA REALIZADA NO DIA 06-05-2008.

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO GESTORA DO TERRITÓRIO DO MÉDIO JEQUITINHONHA, MINAS GERAIS, REALIZADA NO DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2008.

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO GESTORA DO TERRITÓRIO DO MÉDIO JEQUITINHONHA, MINAS GERAIS, REALIZADA NO DIA 19 DE MARÇO DE 2008.

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO GESTORA DO TERRITÓRIO DO MÉDIO JEQUITINHONHA, MINAS GERAIS, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2008.

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO GESTORA DO TERRITÓRIO DO MÉDIO JEQUITINHONHA, MINAS GERAIS, REALIZADA NO DIA 19 DE JUNHO DE 2007.

Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil. Disponível na <http://www.pnud.org.br/atlas/>

Estudo Propositivo para dinamização econômica do Território Médio Jequitinhonha (MG): PCT BRA/IICA/03/006: Médio Jequitinhonha / SDT-MDA: Alexandre José Firme-Vieira, abril de 2006. 75 pág.

FIRME-VIEIRA, Alexandre José. Nas Águas da Providência: incorporação da representação social das populações locais, na análise ambiental de hidrelétricas no Alto Rio Doce – MG. Dissertação de Mestrado em Ciência Ambiental, (PGCA/UFF), Niterói – RJ, 2003. 145 pág.

GALIZONI, Flávia Maria. MIGRAÇÕES, FAMÍLIA E TERRA NO ALTO JEQUITINHONHA, MINAS GERAIS in: X Seminário sobre a Economia Mineira, Diamantina – MG, 2002. 20 p.

GALIZONI, Flávia Maria. A NATUREZA DA FARTURA, artigo de dissertação em Antropologia Social pela USP e Doutorado em Ciências Sociais pela UNICAMP, s/d. 21 p.

GUIA de Orientações Gerais Para a Elaboração e Qualificação do PTDRS, Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais / SDT-MDA, Brasília: 2010. 42 p.

Plano Safra Territorial (PST): Médio Jequitinhonha. Plural Cooperativa - SDT-MDA / Mônica Schroder, 2006. 77p.

PTCPC - Plano Territorial de Cadeia Produtiva da Mandioca – Território Médio Jequitinhonha. SDT – MDA: CEADES (Centro de Estudo e Assessoria ao Desenvolvimento Territorial) / Emanuel Maia e Márcio Gomes da Silva, 2009. 99 pág.

PTDRS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Médio Jequitinhonha: relatório de qualificação. Convênio 13/2005: Plural Cooperativa - SDT-MDA / Eduardo Britto Santos, novembro de 2006. 31 pág.

PTDRSS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Território Caparaó (ES): Consórcio Caparaó / MDA, contrato de repasse 0171020-39/2004: Caparaó (ES) /Alexandre José Firme-Vieira, novembro de 2009. 70 pág.

Referências para o apoio ao desenvolvimento territorial. Documento interno SDT, abril 2004.

Relatório do processo de mobilização de base – Formação de jovens empreendedores rurais pelo sistema de alternância”, Escola Família Agrícola Bontempo, dezembro de 2000, 20 p.

Relatório da Oficina Territorial de Alinhamento Conceitual, metodológico e articulação das ações territoriais, abril de 2004.

Relatório do Encontro Estadual das Comissões Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional de Minas Gerais - CRSAN-MG, abril de 2005.

RELATÓRIO SOBRE O TERRITÓRIO DO MÉDIO JEQUITINHONHA “SUAS AÇÕES E ARTICULAÇÃO.” / articuladores territoriais: Edieno Ornelas Alves e Maria Márcia de Mello, 2006/2007.

RELATÓRIO OFICINA TERRITORIAL MÉDIO JEQUITINHONHA, 26 e 27 DE MARÇO DE 2008. EFA BONTEMPO – ITAOBIM – MG, 2008.

Relatório da Reunião de Avaliação Território da Cidadania Médio Jequitinhonha / Flávia Maria Galizoni; Aline Gomes Ruas Santos; Ernandes José da Silva. Itaobim, setembro de 2008. 19 pág.

RELATORIO DA ASSEMBLEIA TERRITORIAL DO MEDIO JEQUITINHONHA, MINAS GERAIS, EFA Bontempo, Itaobim - MG. 27 e 28 de Abril de 2009.

RELATORIO DA ASSEMBLEIA TERRITORIAL DO MEDIO JEQUITINHONHA, MINAS GERAIS, EFA Bontempo, Itaobim - MG. 18 de Agosto de 2009.

RELATORIO DA ASSEMBLEIA TERRITORIAL DO MEDIO JEQUITINHONHA, MINAS GERAIS, EFA Bontempo, Itaobim - MG. 07 de outubro de 2009.

Relatório de atividades - 1ª oficina para qualificação do PTDRS MÉDIO JEQUITINHONHA. APTA/SDT/MDA: Alexei Bastieri e Paula Pereira Libório. Itaobim - MG. Abril de 2010. 20p.

Relatório de atividades - 3ª oficina para qualificação do PTDRS MÉDIO JEQUITINHONHA. APTA/SDT/MDA: Alexei Bastieri e Paula Pereira Libório. Itaobim - MG. Agosto de 2010. 13p.

RELATÓRIO DE PESQUISA PROGRAMA DE APOIO ÀS FEIRAS LIVRES DO ALTO E MÉDIO JEQUITINHONHA. Núcleo PPJ/Universidade Federal de Lavras; CRSAN / PROSAN - Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional do Alto e Médio Jequitinhonha; CAV. Lavras/Turmalina, maio de 2006, 52p.

RIBEIRO, R. F. Campesinato: resistência e mudança – o caso dos atingidos por barragens do Vale do Jequitinhonha. 1993. vol.II. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1993.

RIBEIRO & GALIZONI. Água, população rural e políticas de gestão: o caso do vale do Jequitinhonha, Minas Gerais / Eduardo Magalhães Ribeiro e Flávia Maria Galizoni. In: Revista Ambiente & Sociedade - Vol. V - no 2 - ago./dez. 2002 - Vol. VI - no 1 - jan./jul. 2003.

RIBEIRO et. al. Os caminhos de São Paulo: migrações e trabalho urbano de agricultores mineiros. Eduardo Magalhães Ribeiro, Flávia Maria Galizoni, Thiago de Paula Assis. Revista brasileira Est. Pop., Campinas, v. 21, n. 2, p. 241-258, jul./dez. 2004.

SILVA, Sandro Pereira. Políticas públicas e agricultura familiar: uma abordagem territorial do PRONAF no Médio Jequitinhonha. Dissertação (mestrado) UFV. Viçosa-MG, 2008. 169 pág.

TEIXEIRA, Raquel Oliveira Santos. A TERRA IMBOLADA, O DIRETO TRAÇADO: ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DO PATRIMÔNIO FAMILIAR NO MÉDIO JEQUITINHONHA, in: Seminário Visões do Vale / GESTA (Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, maio de 2009. 09 p.

Pesquisa em diferentes fontes na rede mundial de computadores (“internet”):

http://www.cidadaonotadez.com.br/consulta.asp?pagina=http://200.184.125.49/Modulo2Cidadao/portal/dados_projeto.asp

http://www.consea.mg.gov.br/alto_e_medio_jequitinhonha.htm

<http://www.nucleoestudo.ufla.br/nppj/vj.htm>

<http://www.fapemig.br/novosite/apresenta.php>

<http://www.igam.mg.gov.br/>

<http://www.epamig.br/>

<http://www.ruralminas.mg.gov.br/>

http://www.sosmatatlantica.org.br/?secao=conteudo&id=6_1

<http://www.mesovalides.org.br/>

<http://www.fomezero.org.br/frame/frame.asp?id=ajudabrasil.org>

<http://www.fomezero.org.br/frame/frame.asp?id=coepbrasil.org.br>

<http://www.onhas.com.br/semana/apresenta.php>

<http://www.ufmg.br/proex/arquivos/7Encontro/Comunica9.pdf>

<http://rabiola.grude.ufmg.br/gerus/noticias.nsf/e76867f1f59135c983256bd8006d3f64/155dd795ac6298b283256c30008194c7?OpenDocument>

<http://www.onhas.com.br/semana/apresenta.php>

<http://www.ufmg.br/proex/arquivos/7Encontro/Comunica9.pdf>

http://www1.capes.gov.br/estudos/dados/2002/32004010/027/2002_027_32004010003P2_ProjPesq.pdf

<http://rabiola.grude.ufmg.br/gerus/noticias.nsf/e76867f1f59135c983256bd8006d3f64/155dd795ac6298b283256c30008194c7?OpenDocument>

<http://www.mg.gov.br>

<http://www.iis.com.br/~thequest/funda.htm>

<http://hidricos.mg.gov.br/PLANVALE/RELAT07/V1SINTES/item-1.htm>

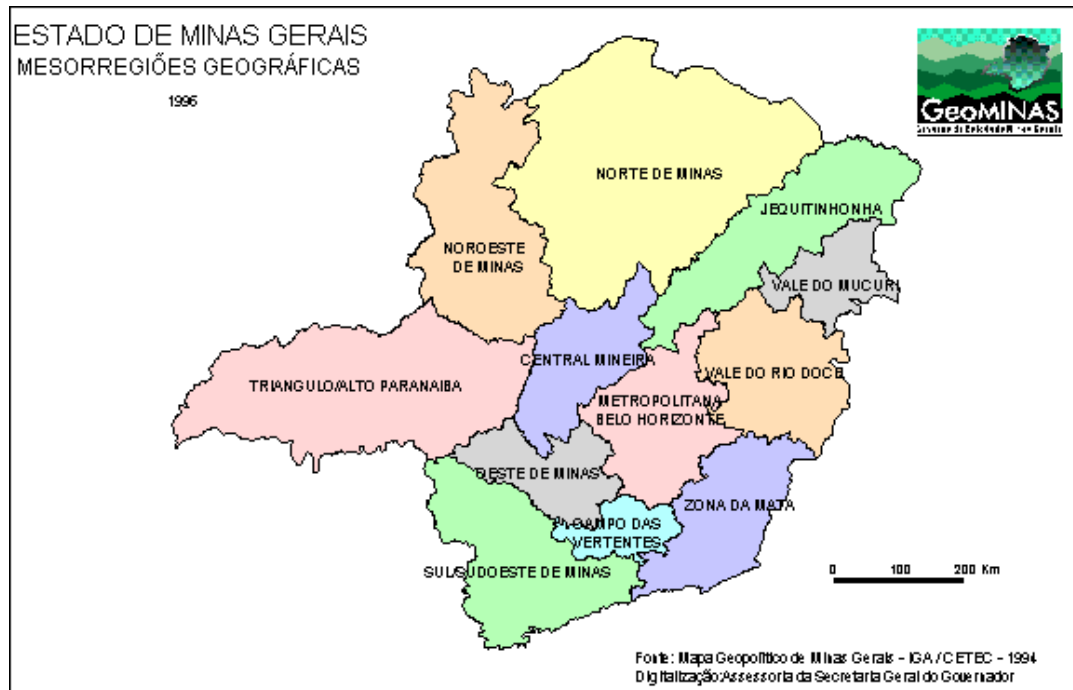
<http://www.fjp.gov.br/index.php>

<http://www.fomezero.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>

<http://www.nucleoestudo.ufla.br/nppj/vj.htm>

ANEXOS

Figura 1. Contextualização da Microrregião do Jequitinhonha em Minas Gerais



Fonte: Mapa Geopolítico de Minas Gerais - IGA / CETEC-1994. Disponível em: http://www.geominas.mg.gov.br/kit_desktop/kit2/paginas/mapas/mg_meso.html.